

**PORTARIA Nº 029/2020/13ªPJDP**  
(SIMP nº 000214-005/2020)

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**, por meio de seu agente de execução atuante na 13ª Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa da Capital, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129, incisos II e III da Constituição da República, c.c art. 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, observando as exigências da Resolução n.º 052/2018-CSMP/MT;

**CONSIDERANDO** ser o Ministério Público *instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis* (art. 127 da CF/88);

**CONSIDERANDO** a notícia de fato SIMP nº 000214-005/2020, instaurada após denúncia formulada por Priscila Braga Alves recebida pela Ouvidoria do Ministério Público de Mato Grosso, noticiando o exercício ilegal do cargo pelo diretor da Penitenciário Central do Estado, Sr. Agno Sérgio Silva Ramos

**CONSIDERANDO** que a Lei de Execução Penal nº 7.210/84, em seu artigo 75 determina que o ocupante do cargo de diretor de estabelecimento deverá satisfazer os requisitos de ser portador de diploma de nível superior de Direito, ou Psicologia, ou Ciências Sociais, ou Pedagogia, ou Serviços Sociais.

**CONSIDERANDO** que o Sr. Agno Sérgio Silva Ramos é formado pela Universidade Estadual de Mato Grosso no curso de Administração – Formação em Agronegócio, e que o atestado de conclusão fora encaminhado pelo ofício nº 201/2020/GAB/SAAP/SESP/MT em resposta ao ofício nº 084/2020/13ªPJDP que solicitava o esclarecimento da divergência entre a atual formação do diretor e a graduação exigida pela Lei de Execução Penal;;

**RESOLVE:**

**INSTAURAR** inquérito civil para apurar a e, para tanto, determino:



1. Reautue-se o presente expediente administrativo, constando como i) representante: Priscila Braga Alves; ii) representado: Agno Sérgio Silva Ramos; iii) área: Probidade Administrativa; iv) classe: Inquérito Civil; v) assunto: (920033); vi) resumo: Irregularidades na ocupação do cargo de Diretor da Penitenciária Central do Estado;

2. Encaminhe ao Secretário de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, a Notificação Recomendatória nº 002/2020.

Sobrevindo resposta ao ofício, conclusos os autos para apreciação.

Cuiabá/MT, 15 de julho de 2020.

**ROBERTO APARECIDO**  
**TURIN:51425483968**

Assinado de forma digital por ROBERTO APARECIDO  
TURIN:51425483968  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira  
v2, ou=AC SOLUTI, ou=AC SOLUTI Multipla, ou=Certificado PF A3,  
cn=ROBERTO APARECIDO TURIN:51425483968  
Dados: 2020.07.20 11:45:52 -04'00'

**ROBERTO APARECIDO TURIN**  
Promotor de Justiça

